

2. A anulação ou revogação da licitação resulta na perda de objeto do processo em tramitação neste Tribunal e, por conseguinte, na sua extinção, sem resolução de mérito.

Processo nº: 1102331

Natureza: DENÚNCIA

Denunciante: Tecar Diesel Caminhões e Ônibus Ltda.

Denunciada: Prefeitura Municipal de Conceição da Aparecida

Interessados: Adriano Ribeiro da Silva, José Antônio Ferreira

Procuradores: João Carlos Batista Júnior, OAB/MG 149.762; Mônica Cristina Martins Parpinelli Moutinho, OAB/MG 135.481

MPTC: Maria Cecília Borges

Relator: Conselheiro Gilberto Diniz

Sessão: 09/08/2022

Inteiro Teor

EMENTA: DENÚNCIA. PROCESSO LICITATÓRIO. AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS. IRREGULARIDADE. ENTREGA DE VEÍCULO NOVO COM PRIMEIRO EMPLACAMENTO POR SOCIEDADE EMPRESÁRIA DIVERSA DA CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA PELO FABRICANTE OU DO PRÓPRIO FABRICANTE. ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO. NÃO EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE DISPÊNDIO PÚBLICO. INEXISTÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.

1. Diante da comprovação de que: a) o processo licitatório foi anulado pela Administração, b) o contrato não foi executado, c) não houve pagamento à contratada e, por conseguinte, qualquer prejuízo financeiro ao erário municipal, julga-se despiciendo o prosseguimento do feito.

2. Determina-se o arquivamento dos autos, sem resolução de mérito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos do inciso III do art. 176 do Regimento Interno.

Processo nº: 1120183

Natureza: DENÚNCIA

Denunciante: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.

Denunciada: Prefeitura Municipal de Carlos Chagas

Responsáveis: Aline Teixeira de Almeida Souza, José Amadeu Nanayoski Tavares

Procuradores: Ana Laura Loayza da Silva, OAB/SP 448.752; Mateus Barbosa Couto, OAB/SP 463.494; Mateus Cafundó Almeida, OAB/SP 395.031; Rayza Figueiredo Monteiro, OAB/SP 442.216; Ricardo Jordão Santos, OAB/SP 454.451; Tiago dos Reis Magoga, OAB/SP 283.834; Vinícius Eduardo Baldan Negro, OAB/SP 450.936; Renato Lopes, OAB/SP 406.595-B

Relator: Conselheiro Substituto Adonias Monteiro

Sessão: 09/08/2022

Inteiro Teor

EMENTA: DENÚNCIA. PREGÃO ELETRÔNICO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APOIO OPERACIONAL DE GERENCIAMENTO, ABASTECIMENTO E MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS. ANULAÇÃO DO CERTAME. PERDA DE OBJETO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. ARQUIVAMENTO.

A superveniente anulação de procedimento licitatório pela Administração acarreta a perda de objeto da denúncia, ensejando a extinção do processo sem julgamento de mérito, com fundamento no art. 176, III, do Regimento Interno desta Casa, c/c o art. 485, IV, do Código de Processo Civil, aplicável supletivamente por força do art. 379 do referido Regimento.

Processo nº: 1121067

Natureza: DENÚNCIA

Denunciante: Mabelê Comércio de Veículos Eireli

Denunciados: Wálter Júnior Ladeia Borborema (Prefeito) e Lara Katriny Ferreira dos Santos (Pregoeira)

Órgão: Prefeitura Municipal de Nova Módica

Procuradoras: Maria Eduarda Borges Mesquita Spínola, OAB/BA 19.175 e Adriana Maria Baldoíno da Silva Rosas Biondi, OAB/BA 10.351

Relator: Conselheiro Substituto Adonias Monteiro

Sessão: 09/08/2022

Inteiro Teor

EMENTA: DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. PREGÃO PRESENCIAL. PROCESSO LICITATÓRIO. AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIA. EXIGÊNCIA DE PRIMEIRO EMPLACAMENTO EM NOME DO MUNICÍPIO. REVENDEDORA INJUSTAMENTE DESCLASSIFICADA DO CERTAME. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ESTRITA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. PRESENÇA DOS REQUISITOS DO *FUMUS BONI IURIS* E DO *PERICULUM IN*

MORA. SUSPENSÃO LIMINAR DO CERTAME. DECISÃO MONOCRÁTICA REFERENDADA.

A escolha do formato de contratação que melhor atenda ao interesse público, incluindo a delimitação do objeto licitado, com o objetivo de garantir a efetiva e satisfatória execução do contrato, consiste em decisão discricionária da Administração Pública. Não obstante, a opção pela compra de veículos apenas da montadora/fabricante ou da concessionária deve estar claramente estabelecida no edital, a fim de permitir que as empresas interessadas tenham ciência do objeto a ser contratado, evitando-se, assim, surpresas no momento de análise das propostas, consoante precedentes desta Corte de Contas (e.g. Processo 1.119.749 – Denúncia).

Processo nº: 1024695**Natureza:** DENÚNCIA**Denunciantes:** Marmitaria Ltda., Nádia Evangelista Celini**Denunciada:** Secretaria de Estado de Administração Prisional – SEAP (atual Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP)**Apenso:** Denúncia n. **1031477****Responsáveis:** Marcelo José Gonçalves da Costa, Wilson Gomes da Silva Júnior, Márcio Fernandes Guimarães Júnior, Sabrina Aparecida Batista**MPTC:** Glaydson Santo Soprani Massaria**Relator:** Conselheiro Substituto Hamilton Coelho**Sessão:** 09/08/2022Inteiro Teor

EMENTA: DENÚNCIA. SECRETARIA DE ESTADO. PREGÃO ELETRÔNICO. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO, PRODUÇÃO E FORNECIMENTO CONTÍNUO DE REFEIÇÕES E LANCHES EM PENITENCIÁRIA. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO. LEGALIDADE DO DECRETO ESTADUAL. PENALIDADE DE SUSPENSÃO DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO. INTERPRETAÇÃO AMPLIATIVA. ISENÇÃO DE ICMS A FORNECEDORES ESTABELECIDOS NO ESTADO DE MINAS GERAIS. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA DO ESTADO. DISPENSA DE APRESENTAÇÃO DE BALANÇO PATRIMONIAL PELAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPRESAS. FACULDADE INSTITUÍDA PELA LC N.123/2006. CONTRATO VERBAL CELEBRADO COM VENCEDOR PROVISÓRIO. NULIDADE. PRESENÇA DE DIFICULDADES E DE OBSTÁCULOS REAIS QUE

CONDICIONARAM A CONDUTA. ART. 22 DA LINDB. PROCEDÊNCIA PARCIAL DA DENÚNCIA. NÃO APLICAÇÃO DE MULTA. RECOMENDAÇÃO.

1. Tendo em vista a omissão na Lei n. 10.520/02 quanto à impugnação editalícia, é plausível a fixação de prazo em normativo regional.

2. A proibição de acesso ao certame de empresas punidas pela Administração, em qualquer esfera, não configura violação do caráter competitivo do procedimento e encontra-se em consonância com o princípio administrativo da moralidade.

3. A suscitação do princípio da isonomia não autoriza o amplo exame da constitucionalidade ou da legalidade de benefícios tributários em sede de controle externo, tampouco possibilita a sua revisão pela Corte de Contas, visto que tais incentivos se relacionam ao exercício constitucional da competência tributária do respectivo ente da Federação.

4. No art. 27 da Lei Complementar n. 123/06, facultase às MEs e EPPs optantes pelo Simples Nacional a adoção de contabilidade simplificada, sendo lícita a faculdade de substituição do balanço patrimonial por declaração de imposto de renda.

5. Conforme inteligência do parágrafo único do art. 60 da Lei n. 8.666/93, o contrato verbal celebrado com a Administração é nulo e de nenhum efeito, ressalvadas as pequenas compras de pronto pagamento.

6. Na aplicação das normas sancionadoras consideram-se as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente público.

Processo nº: 1077118**Natureza:** DENÚNCIA**Denunciante:** Quebec Construções e Tecnologia Ambiental S/A**Denunciada:** Prefeitura Municipal de Ituiutaba**Interessados:** Fued José Dib, Vicente de Paula Fontoura Filho e Franciene de Carvalho Costa

Procuradores: Amanda Torquato Duarte, OAB/MG 157.788; Anderson de Castro e Cordeiro, OAB/MG 145.820; Angelina Silva de Oliveira, OAB/MG 160.956; Bernardo Pastorini Pires, OAB/MG 126.602; Camila Costa Rizzo Bazzoli, OAB/MG 163.110; Daniel Ricardo Davi Sousa, OAB/MG 94.229; Danilo Diego Ramos de Almeida, OAB/MG 188.708; Gabriela Resende Santos Souza, OAB/MG 169.526; Guilherme Stylianoudakis de Carvalho, OAB/MG 165.569; Haiala Alberto Oliveira, OAB/MG 98.420; Hosana Kich Pires, OAB/MG 139.436; Igor Geraldo Magalhães Moreira, OAB/MG 186.420; Iris Cristina Fernandes Vieira, OAB/MG 140.037; José Custódio de